

A MONITORIA INCLUSIVA E O APOIO EDUCACIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA ACADÊMICA DE ENFERMAGEM

[Ciências da Saúde, Volume 29 – Edição 147/JUN 2025 / 27/06/2025](#)

INCLUSIVE MONITORING AND EDUCATIONAL SUPPORT: EXPERIENCE REPORT FROM A NURSING ACADEMIC

REGISTRO DOI: 10.69849/revistraft/fa10202506271209

Jéssica Ribeiro Barcelos¹

Patrícia Costa dos Santos da Silva²

Lívia Ferreira Oliveira³

RESUMO

O relato de experiência tem por objetivo, descrever sobre a inclusão educacional no ensino superior por meio da experiência vivenciada por uma acadêmica de enfermagem que atuou como monitora de um discente com necessidades especiais. Para a descrição do relato foi adotada uma abordagem qualitativa descritivo-exploratória. O apoio do tipo monitoria inclusiva foi ofertado em três disciplinas curriculares de um curso de graduação da área da saúde, cursadas durante o período de agosto de 2024 a dezembro de 2024 em uma universidade pública do interior de Minas Gerais. Os dados foram coletados através de um diário de campo onde foram registradas suas vivências diárias, estratégias de

inclusão e apoio educacional ofertados e interpretados posteriormente segundo a técnica de análise de conteúdo na perspectiva de *Bardin*. Os resultados destacam fatores facilitadores, como o suporte institucional e a interação colaborativa, e dificultadores como desafios estruturais e pedagógicos. Além de impulsionar a formação acadêmica da monitora, a experiência sensibilizou-a para práticas inclusivas na área da saúde, ampliando sua compreensão sobre acessibilidade e equidade. Conclui-se que iniciativas como essa são fundamentais para fortalecer políticas educacionais e aprimorar estratégias de inclusão, contribuindo para um ensino superior mais acessível e equitativo.

Palavras-chave: Inclusão educacional. Ensino superior. Monitoria acadêmica. Pessoas com deficiência. Acessibilidade.

ABSTRACT

The objective of this experience report is to describe educational inclusion in higher education through the experience of a nursing student who worked as a tutor for a student with special needs. A descriptive-exploratory qualitative approach was adopted to describe the report. Inclusive tutoring support was offered in three curricular disciplines of an undergraduate health course, taken from August 2024 to December 2024 at a public university in the interior of Minas Gerais. Data were collected through a field diary where daily experiences, inclusion strategies, and educational support offered were recorded and later interpreted according to the content analysis technique from Bardin's perspective. The results highlight facilitating factors, such as institutional support and collaborative interaction, and hindering factors, such as structural and pedagogical challenges. In addition to boosting the tutor's academic training, the experience raised her awareness of inclusive practices in the health area, expanding her understanding of accessibility and equity. It is concluded that initiatives like this are fundamental to strengthening educational policies and improving inclusion strategies, contributing to more accessible and equitable higher education.

Keywords: Educational inclusion. Higher education. Academic monitoring. People with disabilities. Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão e o suporte educacional em instituições de ensino superior são assuntos de grande importância no atual contexto educacional. A inclusão, é um fenômeno multifacetado que demanda iniciativas concretas e eficazes, capazes de fomentar a conscientização sobre o direito universal à educação (CASTANHO; FREITAS, 2011). Esse processo da educação inclusiva traz consigo desafios, e por isso, em diferentes modalidades de ensino demandam abordagens específicas. No ensino superior, essas iniciativas têm sido desenvolvidas em resposta ao aumento constante da demanda, considerando o acesso de pessoas com deficiência e outras necessidades (TOMELIN *et al.*, 2018).

A educação no espaço acadêmico deve ser concebida e aplicada com base na formação integral do estudante, considerando suas habilidades e talentos, por meio de um ensino colaborativo, solidário e acolhedor. Construir uma nova geração dentro de um modelo educacional inclusivo depende da prática constante da cooperação, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade (MANTOAN, 2003).

A justificativa para este estudo reside na importância de compreender as experiências de quem oferece suporte direto aos alunos com necessidades especiais. Conhecer os desafios e facilidades encontradas por esses acadêmicos, pode fornecer insights valiosos para a melhoria das práticas inclusivas nas instituições de ensino superior.

A partir disso, a questão principal deste estudo é: “Quais são os fatores facilitadores e dificultadores na percepção de uma acadêmica de enfermagem durante a realização de uma monitoria inclusiva?”. Neste cenário, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por uma acadêmica de enfermagem durante a realização de uma monitoria inclusiva. E assim, contribuir para o aprimoramento de

práticas inclusivas em instituições, e para o entendimento de possíveis mudanças sistêmicas, a fim de fortalecer uma educação mais equitativa para todos os alunos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na Perspectiva da Educação Inclusiva, articula que a inclusão é um processo que envolve a remoção de barreiras para a participação plena e efetiva de todos os alunos em atividades educacionais. Essa política busca garantir que estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso ao ensino regular, participando ativamente do processo de aprendizagem e avançando nos diferentes níveis educacionais. Para isso, orienta os sistemas de ensino a promoverem a integração da educação especial desde a infância até a graduação, oferecer atendimento educacional especializado, capacitar professores e demais profissionais para práticas inclusivas, incentivar a participação familiar e comunitária, assegurar acessibilidade em espaços físicos, transportes, mobiliário, comunicação e informação, além de fortalecer a articulação entre setores na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

A monitoria acadêmica pode ser considerada como uma atividade complementar ao ensino e uma estratégia de fomento educacional para os gestores públicos (AMATO, 2018). Um dos objetivos da monitoria de apoio e inclusão para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e superdotação, estabelecidos pelas Leis nº 13.146, de 2015, e nº 9.394, de 1996, é distinto da monitoria acadêmica tradicional. Em vez de focar na ajuda com o entendimento de conteúdos teórico-práticos dos componentes curriculares, essa monitoria visa oferecer suporte, auxílio e apoio nas atividades de ensino, atendendo a todas as necessidades dos estudantes (BRASIL, 1996; BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, dados demonstram a importância e a estratégia política para tornar a instituição de ensino mais inclusiva, através da

atuação dos monitores frente a alunos com deficiência (PINHEIRO; BENTES, 2025). Ademais, ela oferece uma oportunidade para que os estudantes desenvolvam habilidades de relacionamento interpessoal, como a empatia e a comunicação terapêutica, que são fundamentais para a prática da enfermagem, já que o enfermeiro deve saber escutar, falar quando necessário, dar abertura para realização de perguntas, dispensar tempo suficiente para a conversa, mostrar interesse, entre outras habilidades (PONTES; LEITÃO; RAMOS, 2008). Apesar dos benefícios, ainda existem desafios para o desenvolvimento de práticas de apoio ao estudante com necessidades especiais, sendo que capacitação de monitores para alunos com necessidades educacionais especiais torna-se uma estratégia essencial.

3 METODOLOGIA

Visando relatar a experiência vivenciada por uma acadêmica de enfermagem que participou como monitora de uma discente com necessidades especiais, foi adotada para a confecção a abordagem qualitativa com foco descritivo-exploratório. O apoio do tipo monitoria inclusiva foi oferecido em três disciplinas curriculares de um curso de graduação da área da saúde, realizadas durante o período de agosto a dezembro de 2024 em uma universidade pública do interior de Minas Gerais. Os dados foram coletados durante o período da monitoria através de um diário de campo onde foram registradas suas vivências diárias, estratégias de inclusão e apoio educacional oferecidos.

A análise dos dados foi conduzida utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme descrito por Bardin (2016). O material do diário de campo foi categorizado em temas principais emergentes das experiências relatadas, os quais foram analisados e interpretados à luz da literatura existente sobre inclusão e apoio educacional no ensino superior.

A relato de experiência não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de ensino, pois trata-se de um relato de uma das autoras a partir de sua própria perspectiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo seletivo e motivação

A graduanda de enfermagem vinculada a uma instituição de ensino superior do interior de Minas Gerais, teve conhecimento do edital de monitoria de apoio e inclusão oferecido pela Divisão de Acessibilidade de Inclusão, com o intuito de selecionar monitores para o desenvolvimento de ações educativas de apoio e suporte a estudantes com deficiência. A partir disso, participou do processo seletivo, sendo posteriormente selecionada.

A participação da monitoria inclusiva surgiu com a motivação de auxiliar estudantes da graduação que possuem diferentes necessidades especiais e específicas na execução de atividades que muitas vezes são rotineiras, mas que pela falta de acessibilidade adequada, acabam apresentando fragilidades no processo de ensino-aprendizagem.

Durante o cursar das disciplinas acadêmicas do curso de graduação em enfermagem a monitora teve contato com as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) através de disciplinas como Saúde Coletiva e Saúde da Família, nas quais foram apresentados os princípios do SUS. Dentre os princípios estão: universalidade, integralidade, igualdade, descentralização e participação social (BRASIL, 1990).

A equidade segundo Teixeira (2016):

[..] diz respeito à necessidade de se “tratar desigualmente os desiguais” de modo a se alcançar a igualdade de oportunidades de sobrevivência, de desenvolvimento pessoal e social entre os membros de uma dada sociedade.

Assim, o interesse pela monitoria inclusiva veio em tornar a educação equitativa, e na busca por desenvolver habilidades necessárias para uma futura profissional da saúde, como empatia, comunicação terapêutica e resolutividade. Portanto, cabe mencionar a seguir os fatores facilitadores elencados:

Fatores facilitadores

Durante o período de realização da monitoria, a graduanda de enfermagem procurou conhecer a estudante pela qual ficaria responsável e suas necessidades, por meio de diálogo, objetivando a criação de vínculo com ela. Isso facilitou a comunicação no decorrer das atividades e ajudou na revisão de estratégias e métodos que fossem mais eficazes para garantir o aprendizado.

Nesse sentido, a graduação de enfermagem auxiliou a estudante no desempenho da monitoria, pois seu curso está diretamente relacionado com o cuidado prestado ao indivíduo de forma holística e personalizada. Isso possibilitou com que a monitora tivesse mais facilidade ao lidar com algumas questões, como ao fornecer auxílio à estudante na locomoção pelo *campus* através da cadeira de rodas, bem como ao ajudar nas questões de higiene, além do fornecimento de apoio emocional, que possibilitou com que a estudante se sentisse ouvida e valorizada, em detrimento dos diversos desafios enfrentados. Embora fornecer suporte emocional não fosse pré-requisito para a prestação da monitoria, foi fundamental em todo o processo, pois garantiu a oferta de um suporte integral, cuidado este que é enfatizado durante toda a graduação cursada pela monitora.

A monitoria de apoio e inclusão desempenha um papel crucial no ambiente educacional, proporcionando um suporte significativo que vai além do ensino tradicional. A inclusão efetiva desses alunos nas atividades escolares e no processo de aprendizagem continua sendo um desafio, evidenciando a importância de integrar a abordagem da educação inclusiva às práticas educativas (BOFF; MACHADO, 2024).

A estudante de enfermagem forneceu apoio principalmente em sala de aula. Porém, cabe salientar que ela auxiliou na realização de algumas atividades, no que diz respeito à parte de digitação de trabalhos e envio de tarefas via plataforma Moodle, devido à dificuldade da aluna em enviar as mesmas. Assim, no decorrer dos encontros a aluna foi desenvolvendo mais autonomia e se adaptando a utilizar a plataforma. Porém, quando encontrava alguma dificuldade, acionava a monitora, que a atendia prontamente.

O apoio institucional foi fundamental por fomentar diretrizes e políticas de inclusão que orientem práticas consistentes em toda a instituição. Para garantir tais direitos e monitorar o andamento e resolutividade da monitoria, a discente de enfermagem tinha reuniões quinzenais com a coordenação responsável. Nessas reuniões, com cerca de 20 minutos de duração, a coordenadora e a monitora discutiam como estava sendo o processo de realização da monitoria e a monitora relatava quais foram as principais dificuldades enfrentadas pela aluna em sala de aula e sobre quais poderiam ser as melhorias aplicadas. Sendo assim, a coordenadora repassava para a monitora quais mudanças iriam ocorrer e dentro de quanto tempo ela será disponibilizada para a estudante. Ademais, as reuniões tinham como um dos objetivos o alinhamento de perspectivas da monitora de apoio, acessibilidade e inclusão.

Portanto, fica claro que a existência de divisões dentro da Universidade que possibilitaram a comunicação aberta foi de suma importância para que melhorias fossem realizadas, principalmente referente a disposição de mesas adequadas para que a aluna pudesse ver claramente as peças durante as aulas de uma disciplina da área básica, ou na disponibilização de uma sala para aulas no térreo e não no segundo andar, como era no início do período de monitoria. Outrossim, a monitoria em questão possuía bolsas para todos os monitores participantes, o que contribui positivamente no processo de formação acadêmica, favorecendo a permanência dos estudantes na universidade.

Embora muitos fatores favoreçam a monitoria inclusiva, cabe destacar as principais dificuldades e fragilidades identificadas no desenvolvimento das atividades.

Fatores dificultadores

Foram observadas situações de baixo engajamento e isolamento pela discente durante as aulas por não ser, muitas vezes, incluída pelos colegas, nas atividades de grupo realizadas em sala. Dados da literatura científica demonstram que a acessibilidade estrutural não é o maior aspecto desafiador quando a temática envolve a inclusão na educação superior, e sim lidar com barreiras como a competitividade, o mérito individual e a solidariedade (COSTA; PIECZKOWSKI, 2020). Isso evidencia a necessidade de que temáticas como: diversidade, inclusão e metodologias pedagógicas inclusivas, sejam estimuladas na comunidade acadêmica, favorecendo a construção de um ambiente acolhedor, e o desenvolvimento de vínculos afetivos no contexto universitário.

Outro fator percebido pela monitora no seu processo de formação, foi que o Projeto Pedagógico do curso apresenta duas disciplinas que visam a sensibilização para questões relacionadas a temática do presente relato de experiência. As disciplinas buscam promover a compreensão integral do cuidado ao paciente e a valorização da dignidade humana. Nesse contexto, apesar da presença da Língua Brasileira de Sinais como um exemplo de disciplina inclusiva, obrigatória para os cursos de licenciatura de acordo com o Decreto nº. 5626 de 22 de dezembro de 2005, ainda há uma necessidade significativa de expandir os conteúdos voltados para a inclusão e a diversidade, tanto nos projetos pedagógicos quanto nas diretrizes nacionais (BRASIL, 2005). A inclusão de conteúdos específicos sobre diferentes tipos de necessidades especiais é fundamental para preparar os futuros profissionais a lidar com a diversidade de forma eficaz e sensível em seu campo de trabalho (TAVARES; SOUSA; MADUREIRA, 2024).

Embora a aluna tivesse outro tipo de deficiência, que comprometeu a parte motora, a experiência com a disciplina de Língua Brasileira de Sinais permitiu à monitora criar um vínculo de confiança e entendimento com a estudante, através da sensibilidade, comunicação e empatia. Isso fez com que a monitora enxergasse as dificuldades presentes do cotidiano da aluna e buscasse meios para mitigar as disparidades em relação a outros estudantes. Apesar disso, tem-se como ressalva que a ausência de conteúdos que abordem outras necessidades especiais, como deficiência visual, transtornos do espectro autista e mobilidade reduzida, dificultou a compreensão e o atendimento pleno das necessidades da aluna, pela falta de informação sobre tais condições no decorrer do curso, e sobre qual seria a melhor forma de abordagem. Essa realidade impacta diretamente no cuidado que será prestado como uma futura enfermeira.

Ademais, a infraestrutura da universidade também demonstrou fragilidades em alguns aspectos, como a presença de algumas rampas em condições fragilizadas, dificultando a locomoção, além da existência de ruas desniveladas e com necessidade de manutenção. Nos banheiros, foi percebida a falta de sabonetes para higienização e de bebedouros na altura da cadeira da estudante, bem como a falta de mesa adequada em sala de aula, sendo que este último problema foi resolvido após bastante diálogo. Houve também muitos ruídos de comunicação entre a monitora, os professores e coordenação de curso, o que lentificou significativamente a ocorrência de mudanças que visavam facilitar o processo de ensinoaprendizagem.

A inclusão é um processo amplo e extensivo a sociedade, com direito ao reconhecimento da diferença, sendo necessárias condições para se constituir com efetividade (COSTA; PIECZKOWSKI, 2020). O primeiro passo para a inclusão educacional é o acesso, parte essencial de um processo extenso e dinâmico que exige continuidade. As transformações acontecem de forma gradual e se consolidam por meio da colaboração e do esforço coletivo. A Lei 13.409/2016 estabelece direitos para pessoas com deficiência, buscando garantir igualdade de oportunidades, autonomia e

acessibilidade. No entanto, sua implementação isolada não é suficiente para promover a inclusão plena desse grupo. É fundamental desenvolver estratégias e mecanismos que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão do percurso educacional (FERNANDES, 2019).

Esses desafios destacam a importância de uma abordagem mais holística e inclusiva na educação, além de processos menos burocráticos, a fim de proporcionar os recursos e o apoio necessários para que todos os alunos possam alcançar seu pleno potencial, independentemente de suas limitações físicas. Através das inúmeras dificuldades enfrentadas pela discente de acordo com a percepção da monitoria, reforça a importância da monitoria, e como é urgente que haja mais ações como essas para a promoção da equidade no ambiente acadêmico de ensino superior.

Com a aplicação da monitoria inclusiva foi possível identificar a urgência de ações e práticas para garantir um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

Perspectivas Atuais

Durante sua formação acadêmica, a participação em uma monitoria de acessibilidade e inclusão foi uma experiência transformadora para a estudante de enfermagem. Essa vivência permitiu que ela compreendesse de forma profunda as necessidades específicas de pessoas com deficiências ou outras barreiras que dificultavam o acesso aos cuidados de saúde. Barreiras estas, que anteriormente não eram percebidas com tanta facilidade na vida cotidiana. Ao se engajar nas atividades de monitoria, a acadêmica desenvolveu habilidades práticas fundamentais para proporcionar um cuidado mais inclusivo e humano, acolhendo as condições físicas ou psicossociais do cliente.

Perspectivas Futuras

No que diz respeito as perspectivas futuras, pode-se inferir que a experiência como monitora inclusiva, impactará positivamente no estágio

supervisionado na atenção primária e na prática hospitalar, pois ela proporcionou uma expansão significativa do olhar, permitindo enxergar as pessoas além de suas limitações aparentes. Assim, a monitoria, como futura enfermeira, estará melhor preparada para lidar com as diversas necessidades dos pacientes. Essa vivência enriqueceu sua prática profissional, tornando-a mais sensível e adaptada às complexidades, corroborando para um cuidado mais humanizado e integral.

A monitoria supre uma lacuna na grade curricular dos cursos acadêmicos da saúde no geral, cuja pauta sobre o atendimento à diferentes necessidades especiais não é levado em consideração. Isso denota a importância da existência desse tipo de monitoria e a necessidade de criação de outras iniciativas que visem promover a interação entre estudantes de cursos diferentes e com necessidades diversas.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este estudo seja baseado em uma experiência individual, propiciou uma compreensão aprofundada e detalhada das práticas de inclusão e apoio educacional. A subjetividade do relato e a impossibilidade de generalização dos resultados constituem limitações. No entanto, a riqueza das informações qualitativas contribui para uma reflexão mais ampla sobre essas práticas no contexto educacional.

A pesquisa espera oferecer percepções valiosas sobre as práticas inclusivas e de apoio educacional na formação de acadêmicos de enfermagem, destacando os desafios e as estratégias eficazes que podem servir de subsídio para a melhoria das políticas e práticas institucionais voltadas à inclusão e ao apoio educacional.

Nesse sentido, torna-se evidente que a inclusão de disciplinas e conteúdo que tratem de outras necessidades especiais é crucial para uma formação mais completa e equitativa. Isso incluiria treinamentos práticos sobre como auxiliar pessoas com mobilidade reduzida, técnicas de comunicação com pessoas com deficiência visual e estratégias

pedagógicas adaptadas para indivíduos com transtornos do espectro autista, por exemplo. Além disso, promover a discussão sobre inclusão e equidade de forma mais ampla nas disciplinas existentes ajudaria a sensibilizar todos os alunos e futuros profissionais sobre a importância do tema inclusão.

REFERÊNCIAS

AMATO, D.T. **Programa de Monitoria no Ensino Superior: O Estudo de Caso no CEFET/RJ. Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/4302/Dissert%20Danila%20Tavares%20Amato.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em: 27 nov. 2024.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3badolaurence-bardin.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. **Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação**. *Educar em Revista*, v. 40, 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/PSzsBQhDNrRkQNkStgSsGbQ/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a

organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, [S. l.], n. 27, p. 85–92, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4350>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COSTA, Joana Maria de Moraes; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

FERNANDES, Lorena Ismael. A inclusão educacional de pessoas com deficiência nas universidades federais sob a perspectiva da lei 13.409/2016. *ÎANDÉ: Ciências e Humanidades*, São Bernardo do Campo (SP), v. 2, n. 3, p. 45–57, 2019. DOI: 10.36942/iande. v2i3.103. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/103>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PINHEIRO, D.; BENTES, T. **A monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão no ensino superior.** *Educação e Pesquisa*, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/vHPxXQnwjYWLV38PqpkpZGs/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

PONTES, A. C.; LEITÃO, I. M. T. A.; RAMOS, I. C.. Comunicação terapêutica em Enfermagem: instrumento essencial do cuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 3, p. 312–318, maio 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S003471672008000300006>. Acesso em: 14 abr. 2025

TAVARES, R. S., SOUSA, K. R. da C., & MADUREIRA, N. L. V. (2024). Inclusão por meio da monitoria de ensino aos alunos do napne ifpa/campus Bragança. **Revista De Estudos Interdisciplinares**, 6(3), 01–13. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1562/1308>. Acesso em 9 de nov. 2024.

TEIXEIRA, C. **Os princípios do Sistema Único de Saúde (à luz da bioética).** Belo Horizonte: ALMG, 2016. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_inte

rnacional_saude/documentos/textos_referencia/07_principios_sistema_uni
co_saude.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

TOMELIN, K.N.; DIAS, A.P.L.; SANCHEZ, C.N.M.; PERES.J.; CARVALHO, S. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862018000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 de nov. 2024.

¹Discente do Curso Superior de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Umuarama. Email: jessica.barcelos@ufu.br

²Docente do Curso Superior de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Umuarama. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo (USP). Email: patriciacosta@ufu.br

³Docente do Curso Superior de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Umuarama. Doutora em Ciências da Saúde (UFTM). Email: liviaenfermg@ufu.br

[← Post anterior](#)

[Post seguinte →](#)

RevistaFT

A RevistaFT têm 29 anos. É uma Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2”.

Contato

Queremos te ouvir.
WhatsApp RJ:
(21) 99451-7530

Conselho Editorial

Editores
Fundadores:
Dr. Oston de

Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também clicando aqui,



WhatsApp SP:

(11) 98597-3405

e-Mail:

contato@revistaf
t.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ:

48.728.404/0001-
22

Fator de

impacto FI=
5.397 (muito alto)

Turismo

Acadêmico

Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo

Gigliotti.

Editor

Científico:

Dr. Oston de

Lacerda Mendes

Jornalista

Responsável:

Marcos Antônio
Alves MTB

6036DRT-MG

Orientadoras:

Dra. Hevellyn
Andrade

Monteiro

Dra. Chimene
Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada
periodicamente
em

revistaf.com.br/expediente Venha
fazer parte de
nosso time de
revisores
também!

Agência **ft**